

**ESCRITURA PARTICULAR DA 4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES DA ALL -
AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A.**

1000000000

25 10 04

Pelo presente instrumento particular:

- i. **ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A.**, sociedade por ações de capital aberto com sede na Rua Emilio Bertolini, 100, sala 1, Vila Oficinas, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.387.241/0001-60, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante denominada "Emissora");
- ii. **SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.**, com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 717, 6º e 10º andares, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.657.675/0001-86, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão (doravante "Debênture" ou "Debêntures"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante denominado "Agente Fiduciário"); e

na qualidade de intervenientes prestadores de garantia fidejussória (doravante denominadas "Intervenientes Garantidoras"):

- i. **ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA DO BRASIL S.A.**, sociedade por ações com sede na Rua Emilio Bertolini, 100, sala 2, Vila Oficinas, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.258.944/0001-26, neste ato representada nos termos do seu estatuto social;
- ii. **ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.**, sociedade por ações com sede na Rua Emilio Bertolini, 100 - parte, Vila Oficinas, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.172.874/0001-14, neste ato representada nos termos do seu estatuto social,

vêm, por esta e na melhor forma de direito, firmar a presente Escritura PARTICULAR DA 4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES DA ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A., (doravante denominada "Escritura"), observadas as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I - DA AUTORIZAÇÃO

A Escritura é firmada com base na autorização deliberada pela Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 17/09/2004 ("RCA").

CLÁUSULA II - DOS REQUISITOS

A 4ª emissão, sendo a terceira emissão pública da Emissora, de debêntures simples, não conversíveis em ações (doravante denominada "Emissão"), será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação da Deliberação

A ata da RCA que deliberou sobre a presente Emissão, assim como eventuais outras atas de RCA que venham a deliberar sobre a Emissão, serão arquivadas na Junta Comercial do Paraná e publicadas no Diário Oficial do Estado Paraná, no Jornal Indústria e Comércio, de Curitiba, e no Valor Econômico - Edição Nacional, de São Paulo.

Handwritten signatures and initials are present on the right side of the page, including a large 'X' and several other marks.

JACÉPAR
20 10 04

2.2. Inscrição da Escritura

A escritura e seus eventuais aditamentos serão inscritos e/ou averbados, conforme o caso, na Junta Comercial do Paraná.

2.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários (doravante denominada "CVM"), na forma das Leis nº 6.385, de 7/12/76, 6.404, de 15/12/76 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2.4. Registro para negociação das Debêntures

As Debêntures serão registradas para distribuição (i) junto ao Sistema de Distribuição de Títulos - SDT ("SDT") e para negociação junto ao Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), ambos administrados pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro - ANDIMA ("ANDIMA"), segundo suas normas e procedimentos, submetendo-se aos controles de compensação e liquidação da Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP"); e (ii) junto ao Sistema de Negociação Bovespa Fix ("Bovespa Fix"), da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, segundo suas normas e procedimentos, submetendo-se aos controles de compensação e liquidação da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC").

2.5. Registro da Emissão na ANBID

A presente Emissão será registrada na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ANBID ("ANBID"), em atendimento ao Código de Auto-Regulação para as Operações de Colocação e Distribuição de Valores Mobiliários no Brasil, registrado no 5º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Estado do Rio de Janeiro em 17 de janeiro de 2002 ("Código ANBID").

CLÁUSULA III - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

As debêntures desta 4ª Emissão terão as seguintes características e condições:

3.1. Valor da EMISSÃO

O valor da Emissão é de até R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), na Data de Emissão.

3.2. Valor Nominal Unitário

O Valor Nominal Unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão.

3.3. Quantidade de Debêntures e Número de Séries

A Emissão será realizada em série única, constituída de até 10.000 (dez mil) Debêntures.

3.4. Forma e Conversibilidade

As Debêntures terão a forma nominativa, escritural e não serão conversíveis em ações. Não serão emitidos certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Banco Itaú S.A., responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido por esta o "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira

Handwritten signature and initials.

responsável pela custódia destes títulos e, para as Debêntures custodiadas na CBLC, será expedido por este relatório indicando a titularidade das Debêntures que estiverem custodiadas na CBLC

3.5. Espécie

As Debêntures serão da espécie quirográria, sem garantia ou preferência, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6404/76.

3.6. Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será o dia 1º de outubro de 2004.

3.7. Data de Vencimento

Para todos os efeitos legais, a data de vencimento das Debêntures será o dia 1º de outubro de 2009, data em que será pago o valor integral do principal das Debêntures juntamente com o valor dos Juros Remuneratórios eventualmente devidos, em moeda corrente, nos termos desta Escritura.

3.8. Juros Remuneratórios

As Debêntures será conferida remuneração com base na variação acumulada de um fator multiplicador (os "Juros Remuneratórios") referenciada nas taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo ("Taxas DI"), calculadas e divulgadas pela CETIP. Esta remuneração será definida com base em procedimento de *hookbuilding*, observada a taxa máxima de 110%, conforme disposto no item 3.8.8, base 252 dias úteis, e incidirá sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, a partir da Data de Emissão, devendo ser paga ao final de cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula abaixo.

3.8.1. Define-se Período de Capitalização como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de Juros Remuneratórios correspondentes ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

3.8.2. Os Juros Remuneratórios correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos semestralmente, vencendo-se no dia 1º de abril e 1º de outubro de cada ano, sendo o primeiro vencimento em 1º de abril de 2005 e o último na Data de Vencimento, ou na data em que ocorrer vencimento antecipado das Debêntures, se for o caso.

3.8.3. As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento dos Juros Remuneratórios, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.

3.8.4. O cálculo dos Juros Remuneratórios obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

J = Valor unitário dos juros flutuantes, acumulado no período, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final de cada Período de Capitalização.

VNe = Valor Nominal Unitário de emissão ou saldo do Valor Nominal Unitário no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = Produtório das taxas DI-Over com uso de percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{\text{FM}}{100} \right)$$

onde:

n = Número total de taxas DI-Over consideradas na atualização do ativo, sendo n um número inteiro;

FM = Fator multiplicador aplicado sobre a taxa DI-Over, informado com 2 (duas) casas decimais;

TDI_k = Taxa DI-Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{360}} - 1$$

onde:

DI_k = Taxa DI-Over divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

Observações:

1º) O fator resultante da expressão $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{\text{FM}}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;

2º) Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{\text{FM}}{100} \right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

3º) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

3.8.5. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária resultante da fixação dos Juros Remuneratórios, será

utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto pelos debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

3.8.6. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis após esta data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento, realizar Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações) para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o parâmetro a ser aplicado, a ser proposto pela Emissora. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Cláusula, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas.

3.8.7. Caso não haja acordo sobre os novos parâmetros, entre a Emissora e os debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em circulação (ainda que em decorrência da falta de quorum para deliberar sobre a matéria), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate, calculado *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão, utilizando-se a última Taxa DI conhecida.

3.8.8. Bookbuilding

Para definição do fator multiplicador (FM), componente dos Juros Remuneratórios, mencionado no item acima, será adotado o procedimento de *bookbuilding*, observada a taxa máxima de 110%, organizado pelos Bancos Coordenadores em conjunto com a Emissora. Encerrado o processo de *bookbuilding*, o Conselho de Administração da Emissora ratificará, em reunião, tal fator multiplicador apurado no processo de *bookbuilding*, devendo o fator multiplicador, assim apurado, ser inserido nesta Escritura, mediante aditamento, assim como publicado no anúncio de início de distribuição pública das Debêntures.

3.9. Preço de Subscrição e Integralização

O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com a Cláusula III, item 3.8 desta Escritura.

3.9.1. A integralização das Debêntures será à vista, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis ao SDT, administrado pela ANDIMA, e à CETIP.

3.10. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados no mesmo dia de seu vencimento utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND, administrado pela ANDIMA, ou de acordo com os procedimentos adotados pela CBLC, para as Debêntures registradas no Bovespa-Fix, da BOVESPA, ou, ainda, através da instituição responsável pela escrituração das Debêntures para os

titulares das Debêntures que não estejam depositadas em custódia vinculada a esses sistemas.

3.11. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

3.12. Encargos Moratórios

Ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

3.13. Mora do Debenturista

Sem prejuízo do disposto no item precedente, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento.

3.14. Publicidade

Todos os atos e decisões destinados aos debenturistas deverão ser obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, nos jornais Indústria e Comércio, de Curitiba, e no Valor Econômico – Edição Nacional, de São Paulo, no boletim oficial da bolsa de valores ou entidade de mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures e através da rede mundial de computadores, devendo a Emissora avisar, antecipadamente, o Agente Fiduciário da realização de qualquer publicação.

3.15. Comunicações

As comunicações a serem enviadas por quaisquer das partes nos termos desta Escritura, se feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo os respectivos originais ser encaminhados até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem; se feitas por correspondência, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo Correio ou por telegrama, nos endereços constantes da qualificação a seguir:

Para a Emissora:

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A.
Rua Emilio Bertolini, 100, Vila Oficinas
82920-030 Curitiba, PR
At.: Sr. Sergio Messias Pedreiro
Telefone: (41) 2141-7912
Fac-símile: (41) 2141-7484

JUL 28 1999
28 10 04

Para o Agente Fiduciário:

SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.
Rua Dr. Renato Paes de Barros, 717, 6º e 10º andares
São Paulo, SP
At.: Felipe Coimbra Alois André
Telefone: (11) 3048-9830
Fac-símile: (11) 3048-9888

Para as Intervinentes Garantidoras:

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA DO BRASIL S.A.
Rua Emílio Bertolini, 100, Vila Oficinas
82920-030 Curitiba, PR
At.: Sr. Sérgio Messias Pedreiro
Telefone: (41) 2141-7912
Fac-símile: (41) 2141-7484

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.
Rua Emílio Bertolini, 100, Vila Oficinas
82920-030 Curitiba, PR
At.: Sr. Sérgio Messias Pedreiro
Telefone: (41) 2141-7912
Fac-símile: (41) 2141-7484

Para a instituição responsável pela escrituração das Debêntures:

BANCO ITAÚ S.A.
Av. Eng. Armando de Arruda Pereira, 77 - 9º andar
São Paulo, SP
At.: Sr. José Nilson Cordeiro
Telefone: (11) 5029-4645

3.16. Limite de Emissão

A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei nº 6.404/76, considerando que o capital social da Emissora é, nesta data, de R\$ 610.172.553,80 (seiscentos e dez milhões cento e setenta e dois mil quinhentos e cinquenta e três reais e oitenta centavos), e que o valor total das debêntures da segunda e terceira emissão em circulação em 15/09/04 totaliza R\$185.820.024,98 (cento e oitenta e cinco milhões oitocentos e vinte mil e vinte e quatro reais e noventa e oito centavos).

3.17. Majoração da Emissão

O número de Debêntures da Emissão poderá ser majorado em até 20%, na forma do artigo 14 da Instrução CVM nº 400/2003, desde que tenham sido obtidas as autorizações previstas na Cláusula IX desta Escritura.

3.18. Opção de Lote Suplementar

O número de Debêntures da Emissão poderá ser acrescido de um lote suplementar de até 15% (quinze por cento) calculado sobre a quantidade originalmente estabelecida na

Não haverá repactuação das Debêntures.

Não haverá resgate antecipado facultativo das Debêntures pela Emissora.

Na forma do artigo 30 da Instrução CVM nº 400/2003, a distribuição das Debêntures dessa Emissão, com as características constantes desta Escritura, deverá ser realizada ainda que não haja a colocação total dos referidos valores mobiliários, observado o montante mínimo de R\$60.000.000,00 (sessenta milhões), para o qual será mantida a oferta pública.

4.1. Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis*, desde a data da Emissão ou da data do último pagamento de Juros Remuneratórios, conforme o caso, observando o disposto no parágrafo 2º. do artigo 55, da Lei nº 6.404/76.

4.1.1. O Conselho de Administração da Emissora terá poderes para aprovar o cancelamento, a qualquer momento, das Debêntures que se encontrarem em tesouraria.

4.2. Vencimento Antecipado

São eventos de antecipação do vencimento desta Emissão das Debêntures, independentemente de prévio aviso, interpelação ou notificação judicial:

- (a) liquidação ou decretação de falência da Emissora ou qualquer de suas controladas;
- (b) pedido de auto-falência ou de concordata preventiva formulado pela Emissora ou qualquer de suas controladas;
- (c) falta de pagamento de quaisquer valores devidos aos debenturistas nas respectivas datas de vencimento, não sanado em 3 (três) dias úteis, contados da respectiva data de vencimento;
- (d) protestos legítimos de títulos contra a Emissora ou qualquer de suas controladas que não sejam sanados no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário, cujo valor, em

conjunto, seja superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou que possam configurar, em face das circunstâncias e a critério do Agente Fiduciário, estado de insolvência da Emissora ou risco de inadimplemento no pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, à exceção do previsto efetuado por outro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora;

- (e) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, quando estiver em mora perante os debenturistas desta Emissão;
- (f) falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação prevista nesta Escritura, não sanada em 30 (trinta) dias, contados do aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- (g) falta de pagamento, pela Emissora ou qualquer de suas controladas, de qualquer dívida financeira de valor unitário igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), não sanado em até 15 (quinze) dias contados da respectiva data de vencimento;
- (h) vencimento antecipado de qualquer dívida financeira da Emissora, ou de qualquer controlada da Emissora, de valor unitário igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- (i) as obrigações de pagar da Emissora previstas nesta Escritura deixarem de concorrer, no mínimo, *pari passu* com as demais dívidas quirografárias da Emissora, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência por força de disposição legal;
- (j) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura, sem a prévia anuência dos debenturistas reunidos em Assembleia Geral;
- (k) extinção da concessão outorgada pela União Federal à ALL - América Latina Logística do Brasil S.A., tendo por objeto a exploração e desenvolvimento do transporte de carga no conjunto ferroviário localizado nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, em decorrência de encampação, rescisão ou anulação da licitação ou extinção, por qualquer motivo, das concessões outorgadas pelo governo argentino à América Latina Logística - Central Sociedad Anônima e à América Latina Logística - Mesopotámica S.A. para a administração e exploração de ferrovias na Argentina;
- (l) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental que resulte na perda pela Emissora, ou suas controladas, conforme o caso, da propriedade ou posse direta de mais de 20% (vinte por cento) dos seus ativos da Emissora ou de suas controladas ou na incapacidade de gestão de seus negócios, desde que tal desapropriação, confisco ou medida afete substancialmente a capacidade de pagamento, pela Emissora de suas obrigações relativas às Debêntures;

16
JUL 2014
25 10 14

- (m) sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora ou suas controladas, que envolva valor unitário ou agregado superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- (n) não cumprimento de qualquer decisão judicial transitada em julgado contra a Emissora, que possa causar efeito adverso relevante sobre a Emissora;
- (o) ocorrência de qualquer procedimento de sequestro, arresto ou penhora de ativos da Emissora ou de suas controladas, cujo valor contábil unitário ou agregado seja superior a 35% (trinta e cinco por cento) do patrimônio líquido da Emissora à época, levantado com base na última demonstração financeira publicada, exceto se tal procedimento for suspenso, sobrestado, revertido ou extinto no prazo de até 60 (sessenta) dias contados de seu início;
- (p) mudança do objeto social da Emissora ou realização de qualquer negócio fora do objeto social da Emissora;
- (q) venda, cessão ou qualquer outro tipo de transferência, pela Emissora e/ou por suas controladas, diretas ou indiretas, de bens do ativo permanente (incluindo imobilizado e investimentos) ou de participação em outras sociedades (incluindo direitos de subscrição e títulos ou valores mobiliários conversíveis em participação societária) ou de ativos essenciais à sua atividade cujo valor unitário ou agregado durante os 12 (doze) meses imediatamente anteriores seja igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), atualizado anualmente, a partir da data de emissão, pelo IGP-M, ou seu contravalor em outras moedas. Caso não haja aplicação integral, no prazo de 30 (trinta) dias da data em que tais recursos se tornaram disponíveis à Emissora e/ou às suas controladas, conforme o caso, dos recursos líquidos da venda, cessão ou transferência no pagamento de dívidas de sua titularidade, excluídas as dívidas entre quaisquer das seguintes sociedades, (i) a Emissora, (ii) quaisquer controladoras ou controladas, diretas ou indiretas, da Emissora, e (iii) quaisquer coligadas da Emissora. Fica excluído do disposto nesta Cláusula a eventual alienação das ações da Geodex Communications S.A. ("Geodex"), de titularidade da Emissora;
- (r) caso sejam desrespeitados os seguintes limites financeiros, apurados trimestralmente a cada publicação das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora: (a) limite máximo de 2,5 vezes para o índice correspondente à divisão da Dívida Líquida Consolidada pelo EBITDA Consolidado dos últimos 4 (quatro) trimestres; e (b) limite mínimo de 1,3 vezes para o índice correspondente à divisão do EBITDA Consolidado dos últimos 4 (quatro) trimestres da Emissora pela sua Despesa Financeira Líquida Consolidada dos últimos 4 (quatro) trimestres da Emissora.

Para os fins desta alínea, entende-se por:

"EBITDA Consolidado": o lucro antes dos impostos, juros, depreciação e amortização, subtraído do valor dos pagamentos efetuados no período por obrigações de concessões e arrendamentos, da Emissora e suas coligadas consolidadas.

g. e. t.
9

JULIAN
2010 04

"Dívida Líquida Consolidada": soma dos empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros, diferencial a pagar por operações com derivativos, swaps e garantias prestadas, menos o saldo em caixa e o diferencial a receber por operações com derivativos, da Empresa e suas coligadas consolidadas.

"Despesa Financeira Líquida Consolidada": juros acruados, incluindo variações monetárias e cambiais, relativos a financiamentos com instituições financeiras e organismos multilaterais de crédito, inclusive operações de *hedge*, da Emissora e suas coligadas consolidadas, menos as receitas obtidas em aplicações financeiras.

(s) realização, pela Emissora ou por qualquer de suas controladas, de investimentos, ou permissão, pela Emissora ou por qualquer de suas controladas, que sejam realizados investimentos, caso imediatamente após realizado tal investimento, a Emissora descumpra o índice e limite financeiro a que se refere o item "c" acima.

4.2.1. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos subitens (a) a (e), (h) e (k) do item 4.2 acima, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

4.2.2. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos subitens (f) e (g), (i) a (j), e (l) a (t) do item 4.2 acima, o vencimento antecipado das Debêntures dependerá de prévia deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas, que deverá ser convocada pelo Agente Fiduciário em até 15 (quinze) dias contados da data em que tomar conhecimento do evento.

4.2.3. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o item 4.2.2 anterior poderá, por deliberação de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures.

4.2.4. A alienação, direta ou indireta, do controle acionário da Emissora dependerá da prévia aprovação de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, em assembleia especialmente convocada com esse fim, dispensada essa aprovação se for assegurado aos debenturistas que o desejarem, o resgate das Debêntures de que forem titulares, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses a contar da data de publicação do fato relevante relativo à negociação.

4.2.5. Em conformidade com o art. 231 da Lei 6.404/76, a incorporação, a fusão ou a cisão da Emissora dependerá da prévia aprovação de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, reunidos em assembleia especialmente convocada com esse fim, dispensada tal aprovação se a Emissora assegurar aos debenturistas que o desejarem o resgate das Debêntures de que forem titulares, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses a contar da data de publicação das assembleias relativas à operação.

CLÁUSULA V - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DAS INTERVENIENTES GARANTIDORAS

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

Y
L
G. L. E.
G.

JULIAN
26 10 04

- (a) encaminhar ao Agente Fiduciário e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures:

a.1) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes;

a.2) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelas normas da CVM, nos prazos previstos;

a.3) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos no item 3.14 retro;

a.4) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente Emissão;

a.5) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relacionada a um evento de inadimplemento, imediatamente após o seu recebimento;

a.6) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os debenturistas no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva data de vencimento;

a.7) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no item 4.2 da Cláusula IV, imediatamente após a sua ocorrência;

a.8) retransmitir, em até 1 (um) dia útil após disponível, pelo sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, o Relatório elaborado pelo Agente Fiduciário previsto na alínea "n" do item 6.4 da Cláusula VI;

- (b) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e dar ao Agente Fiduciário acesso irrestrito: 1) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora; e 2) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora, quando deliberado pela Assembleia Geral de Debenturistas.

- (c) convocar, nos termos do item 7.1 desta Escritura, Assembleia Geral de Debenturistas, para deliberar sobre qualquer das matérias que, direta ou indiretamente, se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;

- (d) cumprir as determinações emanadas da CVM, entregando os documentos solicitados e prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas;

- (e) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada na CVM;

X

h
X
G

JUL 2013

2013

- (f) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos das Instruções CVM aplicáveis, e fornecer aos debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas na Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado;
- (g) estruturar e manter em adequado funcionamento departamento de atendimento aos debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições autorizadas a prestar este serviço;
- (h) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (i) tomar todas as medidas necessárias para:
 - i.1) preservar todos seus direitos, títulos de propriedade, concessões, licenças (inclusive licenças ambientais) e ativos necessários para continuar conduzindo seus negócios e os negócios de suas subsidiárias dentro do respectivo objeto social;
 - i.2) manter em boas condições os bens utilizados na condução de seus negócios e na condução dos negócios de suas subsidiárias;
 - i.3) pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, todas as suas obrigações fiscais, trabalhistas, comerciais e outras;
 - i.4) estender as medidas elencadas nos itens i.1 a i.3 para as sociedades sob seu controle;
- (j) notificar o Agente Fiduciário e a bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- (k) manter os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
- (l) informar imediatamente à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures qualquer mudança significativa ou imprecisão das informações que afetem, direta ou indiretamente, as Debêntures;
- (m) informar bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures o valor e a data de pagamento de todo e qualquer rendimento referente às Debêntures;
- (n) manter contratada agência classificadora de risco para atualização do relatório apresentado por ocasião da colocação das Debêntures, até o vencimento das Debêntures;

- pendente, o

operações, de
ias, ou ainda,

(i) contratação

realização de

debtors ou qualquer
constituída com

Emissora: (i)
 Irida: ou (iv)

- Emissão objeto
qualificado, o

as Debêntures.

o de instituição

Y
L
Q

15
JUL 2015

10 11 12

6.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de ~~vacância~~, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do ~~evento~~ que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

6.3.2. Se a convocação da Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o item 6.3.1 acima não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetua-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

6.3.3. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria Assembleia Geral de Debenturistas que escolher o novo agente fiduciário, observado o disposto no item "6.3.7" adiante.

6.3.4. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

6.3.5. É facultado aos debenturistas, após o encerramento da distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim.

6.3.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23/11/83, e eventuais normas posteriores.

6.3.7. O Agente Fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a Assembleia Geral dos Debenturistas não delibere sobre a matéria.

6.3.8. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de Aditamento à Escritura.

6.3.9. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da lavratura da Escritura ou de eventual aditamento em que for nomeado como substituto para exercer a função, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até a data de vencimento das Debêntures.

6.3.10. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

6.4. Deveres

Além de outros previstos em lei, ou em ato normativo da CVM, e na Escritura constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

8

96 10 11 12

16
JUL 2004

- (a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra circunstância que lhe impeça o exercício da função;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inconsistências constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas;
- (k) enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, até a data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à Assembléia Geral de Debenturistas;
- (l) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, no mesmo dia da Assembléia Geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da Assembléia;
- (n) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

8

16
JUL 2004

JUEPAP
201014

- n.1) eventual omissão ou inconsistência de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela Emissora;
- n.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
- n.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
- n.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- n.5) aquisição facultativa e pagamento de rendimento das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- n.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- n.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
- n.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.
- (u) disponibilizar exemplar do relatório de que trata a alínea "n" aos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- o.1) na sede da Emissora;
 - o.2) no local indicado pelo Agente Fiduciário;
 - o.3) na CVM;
 - o.4) na bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures;
 - o.5) na instituição líder da colocação das Debêntures, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária das Debêntures.
- (p) publicar, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados na alínea "n";
- (q) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à Instituição Depositária, à CETIP e à CBLC;

19
JUN 19 11 14

- (b) O Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;
- (c) As remunerações previstas nos itens anteriores serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- (d) As parcelas referidas acima serão atualizadas pelo IGP-M, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas "pro-rata" dia se necessário;
- (e) As remunerações não incluem as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estudos necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora;
- (f) Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência;
- (g) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2 % (dois por cento) e juros de mora de 1,0 % (um por cento) ao mês, sem prejuízo da atualização monetária;
- (h) As remunerações serão acrescidas dos seguintes impostos: Impostos sobre serviços de qualquer natureza (ISS ou outros), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), Colins (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social), e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, com exceção do Imposto de Renda – IRRF, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

Y

13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100

JUCEPAR
26 10 04

CLÁUSULA VII - DA ASSEMBLÉIA DE DEBENTURISTAS

7.1. Convocação

A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.1.1. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei nº 6.404/76, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

7.2. Quorum de Instalação

A Assembleia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*.

7.2.1. Para os efeitos da presente Escritura, considera-se Debêntures em circulação todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas pela Emissora, controladora e pelas controladas da controladora.

7.3. Mesa Diretora

A presidência da Assembleia caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou aquele que for designado pela CVM.

7.4. Quorum de Deliberação

7.4.1. Nas deliberações da assembleia, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. Observado o disposto neste item, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por debenturistas que representem, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, observado que alterações (i) nos Juros Remuneratórios e/ou vencimento antecipado e/ou prazo das Debêntures e/ou dispositivos sobre quorum previstos nesta Escritura deverão contar com aprovação de debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação; e (ii) na Fiança prestada às Debêntures, conforme definido na Cláusula X abaixo, deverão contar com aprovação de debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

7.4.2. Sem prejuízo do quorum de 100% (cem por cento) previsto no item 7.4.1 acima, na hipótese de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação de índice componente dos Juros Remuneratórios, o quorum necessário para definição dos novos Juros Remuneratórios aplicáveis às Debêntures deverá ser composto por debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em circulação.

[Handwritten signature]

[Handwritten signatures]

JUEPAB

09 10 14

CLÁUSULA VIII - DECLARAÇÕES E GARANTIAS

8.1. Declarações e Garantias do Agente Fiduciário:

O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
- (c) esta Escritura contém obrigações válidas e vinculantes do Agente Fiduciário, exigíveis de acordo com os seus termos e condições.

8.2. Declarações e Garantias da Emissora e das Intervinentes Garantidoras:

A Emissora e as Intervinentes Garantidoras declaram e garantem ao Agente Fiduciário, na data da assinatura da escritura, que:

- a) estão devidamente autorizadas a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- b) a celebração desta Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora e as Intervinentes Garantidoras sejam parte, nem irá resultar em:
 - (1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos;
 - (2) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e das Intervinentes Garantidoras, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou
 - (3) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- c) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora e pelas Intervinentes Garantidoras;
- d) esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem obrigações da Emissora e das Intervinentes Garantidoras, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
- e) o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo ("Prospectos") contém e conterão, no mínimo, e observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes em relação à Emissora, nas respectivas datas de cada evento, no contexto da presente Emissão necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das

22
JUL 2004
26 10 04

responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, e não contém nem conterão declarações falsas ou omissões de fatos relevantes;

f) as declarações contidas nos Prospectos em relação à Emissora são verdadeiras e não são enganosas, incorretas ou inverídicas;

g) as opiniões, análises e expectativas expressas nos Prospectos em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;

h) não há fatos relativos à Emissora, nas respectivas datas de cada Prospecto, ou relativos às Debêntures, não divulgados nos Prospectos, cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração relevante dos Prospectos seja enganosa, incorreta ou inverídica;

i) todos os esforços foram feitos pela Emissora para assegurar que as declarações, informações e fatos descritos nos Prospectos em relação à Emissora são verdadeiros;

j) as demonstrações financeiras da Emissora, relativas ao último exercício social encerrado e ao imediatamente anterior, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

k) as informações da Emissora relativas ao último trimestre encerrado ou ao imediatamente anterior, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

l) a Emissora e as Intervinentes Garantidoras estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;

m) exceto pelas contingências informadas no Prospecto, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira ou outras, ou em sua atividade; e

n) A Emissora neste ato atesta que a relação dos titulares das Debêntures custodiadas na CBLC e na CETIP seja disponibilizada ao Agente Fiduciário sempre que solicitada.

CLÁUSULA IX - DA CONDIÇÃO SUSPENSIVA

9.1. A celebração da presente Escritura pela Emissora e a prestação da Fiança pelas Intervinentes Garantidoras poderão resultar vencimento antecipado de contratos financeiros celebrados pela Emissora e pelas Intervinentes Garantidoras, com o Unibanco - União dos Bancos Brasileiros S.A., o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e o DEG - Deutsch Investitions und Entwicklungsgesellschaft mbH ("Bancos Credores"). Desta forma, a eficácia da presente Escritura e da Fiança, bem

INTERBAN
28 10 04

como a efetiva Emissão das Debêntures, estará condicionada à implementação de condição suspensiva, que consiste na obtenção, pela Emissora e pelas Intervinentes Garantidoras, das autorizações necessárias junto aos Bancos Credores, devendo ser observados os termos e limites de valores constantes das autorizações.

9.2. Caso a Emissora e/ou as Intervinentes Garantidoras não obtenham as autorizações necessárias para a consumação da presente Escritura, todos os seus termos e condições deverão ser considerados sem quaisquer efeitos, devendo esta Escritura ser considerada rescindida de pleno direito, sem quaisquer obrigações para a Emissora, para as Intervinentes Garantidoras ou para o Agente Fiduciário.

CLÁUSULA X - DA GARANTIA FIDEJUSSÓRIA

10.1. As Debêntures serão garantidas por fiança ("Fiança") prestada pelas Intervinentes Garantidoras, qualificadas no preâmbulo desta Escritura, ALL - América Latina Logística do Brasil S.A. e ALL - América Latina Logística Intermodal S.A., sendo a Fiança constituída automaticamente em caso de obtenção pelas Intervinentes Garantidoras das autorizações de que trata a Cláusula 9, obrigando-se as Intervinentes Garantidoras perante os debenturistas, na qualidade de fiadoras e principais pagadoras de todos os valores devidos pela Emissora nos termos da Escritura, sendo a Fiança prestada em caráter irrevogável e irretirável para todos os efeitos legais, até o integral cumprimento, pela Emissora, das obrigações pecuniárias descritas na Escritura. As Intervinentes Garantidoras renunciaram, desde já, aos benefícios previstos nos artigos 366, 827, 829, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro. Todos e quaisquer pagamentos realizados por qualquer uma das Intervinentes Garantidoras em relação à Fiança serão efetuados livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais.

10.2. Cada uma das Intervinentes Garantidoras firma esta Escritura declarando conhecer todos os seus termos e condições.

CLÁUSULA XI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como constituindo uma renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.2. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.3. Foro

JURADO

26 10 04

Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Curitiba, 20 de outubro de 2004.

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A.
NOME: [Assinatura]
CARGO: [Assinatura]
NOME: [Assinatura]
CARGO: [Assinatura]
SLW CORRÉTORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.
NOME: [Assinatura]
CARGO: [Assinatura]
NOME: FACIO SYLVIO WEIL
CARGO: SECO Diretor

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA DO BRASIL S.A.
NOME: [Assinatura]
CARGO: [Assinatura]
NOME: [Assinatura]
CARGO: [Assinatura]

ALL - AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA INTERMODAL S.A.
NOME: [Assinatura]
CARGO: [Assinatura]
NOME: [Assinatura]
CARGO: [Assinatura]

Testemunhas:
NOME: Randemir N. Pinheiro
Id.: [Assinatura]
NOME: ANDERSON FERNANDES PERES
Id.: 6 193 181-719

